

A Revista Espírita (Revue Spirite), do Conselho Espírita Internacional, é uma afronta ao trabalho de Kardec

Quando Allan Kardec publicou, em janeiro de 1858, o primeiro número da *Revue Spirite – Journal d’Études Psychologiques*, não estava simplesmente criando uma revista para divulgar mensagens de Espíritos ou oferecer textos de edificação moral. A publicação nasceu como parte integrante do desenvolvimento experimental do Espiritismo. Ali se examinavam fenômenos, confrontavam-se comunicações, registravam-se casos, discutiam-se hipóteses e, sobretudo, colocavam-se as ideias provenientes dos Espíritos diante da razão, da observação e da comparação.

Mais de um século e meio depois, o [Conselho Espírita Internacional](#) — CEI — publica uma revista que conserva não apenas o nome *Revue Spirite*, mas também o subtítulo histórico *Journal d’Études Psychologiques* e a indicação de que foi fundada por Allan Kardec em 1º de janeiro de 1858. Na edição de julho de 2023, a publicação declara expressamente ser propriedade do CEI e traz como editora a Federação Espírita Portuguesa.

Para entender a história da formação do CEI, leia nosso artigo “[O Conselho Espírita Internacional e a internacionalização do modelo federativo brasileiro](#)”.

O problema começa justamente aí. Não porque alguém esteja impedido de utilizar uma publicação contemporânea para falar de Espiritismo, religião ou mediunidade, mas porque a evocação direta do nome e da história da revista de Kardec estabelece uma responsabilidade intelectual: **não basta conservar a aparência da antiga *Revue Spirite*; é preciso demonstrar fidelidade ao método que lhe dava sentido.**

E é nesse ponto que a distância se torna evidente.

1. O que fazia da *Revue Spirite* de Kardec algo diferente

Kardec jamais estabeleceu a autoridade da Doutrina Espírita sobre o prestígio de médiuns ou sobre a assinatura atribuída a determinado Espírito. Essa distinção é fundamental para compreender seu trabalho e, ao mesmo tempo, para perceber boa parte dos problemas que se desenvolveram posteriormente no movimento espírita.

Na introdução de *O Evangelho segundo o Espiritismo*, ao discutir a autoridade do ensino dos Espíritos, Kardec estabelece a razão como primeiro instrumento de controle. Não é suficiente que uma informação seja recebida mediunicamente. Tampouco basta que ela venha assinada por um nome respeitado.

O problema era bastante conhecido por ele. Espíritos poderiam apresentar opiniões próprias, reproduzir conhecimentos ou preconceitos humanos e até utilizar nomes venerados para conferir peso às suas mensagens. Por isso, a identidade anunciada pelo comunicante nunca poderia substituir o exame daquilo que ele dizia.

Kardec resumiu o princípio de forma muito clara:

“O primeiro controle é, incontestavelmente, o da razão.”

A frase é pequena; sua consequência é enorme.

Nenhuma comunicação fica dispensada desse controle.

Isso vale para uma mensagem atribuída a Santo Agostinho, São Luís ou Erasto no século XIX. Vale igualmente para mensagens atribuídas a Bezerra de Menezes, Emmanuel, André Luiz, Ismael ou ao próprio Allan Kardec nos séculos XX e XXI.

O nome pode justificar interesse pelo documento. **Não pode servir como certificado de verdade.**

2. O controle universal não é uma votação entre Espíritos

Kardec também compreendeu que o julgamento individual possui limites. Alguém pode considerar perfeitamente racional uma ideia que, na realidade, apenas confirma suas próprias convicções. Por isso, o exame racional não era o único mecanismo empregado por ele.

Para as questões que pudessem modificar ou ampliar os princípios do Espiritismo, Kardec exigia concordância obtida através de fontes independentes. Não bastava perguntar a vários Espíritos no mesmo grupo; tampouco bastava que diferentes médiuns, inseridos no mesmo ambiente intelectual e sujeitos às mesmas influências, repetissem a mesma concepção.

A universalidade estava justamente na independência das fontes.

Foi esse mecanismo que posteriormente passou a ser conhecido como Controle Universal do Ensino dos Espíritos. Não significa que uma proposição se torne verdadeira porque muitos Espíritos a disseram. Significa que uma revelação que se pretenda geral não pode depender da autoridade de uma pessoa, de um médium, de um grupo ou de uma tradição localizada.

Essa precaução é ainda mais importante quando a informação recebida interessa diretamente à instituição que a publica.

Imagine-se, por exemplo, uma comunicação que afirme que determinado grupo possui uma missão especial, que determinado Espírito é responsável pela condução daquele movimento ou que uma instituição ocupa posição providencial no desenvolvimento do Espiritismo. Quanto mais conveniente for a mensagem para quem a recebe, **maior deveria ser o cuidado com sua verificação**, e não o contrário.

Foi exatamente para evitar esse tipo de circularidade que Kardec retirou do médium e do Espírito individual a condição de árbitros da Doutrina.

3. Roustaing é um exemplo histórico de como esse método deveria funcionar

O caso de Jean-Baptiste Roustaing é especialmente instrutivo porque Kardec teve contato direto com sua obra.

Quando *Os Quatro Evangelhos* apareceu em 1866, Kardec não reagiu simplesmente rejeitando tudo aquilo que Roustaing havia publicado. Reconheceu pontos compatíveis com conhecimentos já admitidos pelo Espiritismo e examinou as ideias apresentadas.

Entretanto, quando chegou às teorias novas — justamente aquilo que poderia representar uma ampliação da doutrina — adotou posição muito diferente.

As explicações oferecidas pelos Espíritos ligados ao trabalho de Roustaing deveriam permanecer no campo das **opiniões pessoais**, enquanto não recebessem uma confirmação mais ampla. Kardec não concedeu àquelas comunicações o estatuto de nova revelação doutrinária apenas porque os comunicantes afirmavam possuir elevada identidade espiritual.

Essa atitude é decisiva.

Não se tratava de decidir se Roustaing era uma pessoa sincera. Não se tratava sequer de demonstrar imediatamente que todos os Espíritos que se comunicavam com ele estavam errados. A questão vinha antes: **com que direito uma revelação particular poderia ser incorporada ao Espiritismo sem passar pelo processo de controle aplicado às demais?**

Herculano Pires, ao estudar décadas mais tarde a implantação do roustaingismo no Brasil, retomou exatamente esse aspecto. Em *O Verbo e a Carne*, registra que a Federação Espírita Brasileira sustentou durante longo período a ideia de Roustaing como complemento de Kardec, a chamada “revelação da revelação”.

Ao discutir o Pacto Áureo e as divergências provocadas pelo roustaingismo, Herculano recusou a solução conveniente do silêncio. Para ele, era necessário voltar aos textos, submetê-los ao exame objetivo e colocá-los, como dizia, no “crivo da razão”.

Sua análise do próprio processo de produção de *Os Quatro Evangelhos* vai além.

Roustaing dizia ter recebido manifestações de personagens como João Batista, Pedro e os evangelistas. Para Herculano, entretanto, a grandiosidade dos nomes não resolvia o problema; permanecia faltando justamente aquilo que Kardec havia exigido: método, verificação e consenso independente.

É possível concordar ou discordar das conclusões particulares de Herculano. O procedimento adotado, porém, é reconhecível: **não se pergunta primeiro quem assinou a mensagem, mas o que ela afirma e como essa afirmação pode ser sustentada.**

4. Quando a autoridade do nome volta pela porta dos fundos

A atual *Revue Spirite* do CEI apresenta uma estrutura que, à primeira vista, parece preservar a pluralidade característica do projeto original. A edição de julho de 2023 possui seções denominadas “Espiritismo e Ciência”, “Espiritismo e Filosofia”, “Espiritismo e Religião”, “Revisitando a Revista”, “Plano Histórico” e “Espiritismo e Sociedade”.

Mas há também uma seção particularmente significativa: **“Palestras Familiares de Além-túmulo Hoje”**. Entre os colaboradores listados no próprio sumário aparece inclusive “Espírito Carlos”.

Nada disso seria, por si só, contrário ao trabalho de Kardec.

A revista original publicou incontáveis comunicações mediúnicas. Publicar uma mensagem não é o problema. O problema aparece quando se perde a fronteira entre **publicar uma comunicação como documento para exame e utilizá-la como fonte autorizada de conhecimento.**

Essa diferença parece pequena, mas altera tudo.

Na ciência espírita praticada por Kardec, receber uma mensagem constituía o início da investigação. No modelo religioso que se consolidou posteriormente em parte considerável do movimento brasileiro, frequentemente parece ocorrer o inverso: a comunicação atribuída ao Espírito prestigiado encerra a discussão.

“Bezerra disse.”

“Emmanuel explicou.”

“Ismael determinou.”

A fórmula já contém sua própria validação. O argumento deixa de estar no conteúdo e passa para a identidade atribuída ao comunicante.

É precisamente o tipo de autoridade que o método de Kardec procurava neutralizar.

5. Ismael não pertence apenas ao passado da FEB

Poder-se-ia argumentar que a tradição de Ismael, de Roustaing e da missão espiritual brasileira pertence a uma fase antiga da Federação Espírita Brasileira e que não seria correto projetá-la automaticamente sobre o Conselho Espírita Internacional.

Há, entretanto, documentação contemporânea que impede uma separação tão simples.

Em novembro de 2019, durante o encerramento de uma reunião do Conselho Federativo Nacional da Federação Espírita Brasileira, Divaldo Pereira Franco transmitiu psicofonicamente uma mensagem atribuída ao Espírito Bezerra de Menezes. O texto foi posteriormente publicado no site oficial do Conselho Espírita Internacional.

A mensagem afirma que o Brasil permanece chamado a desempenhar uma missão que teria sido confiada a Ismael pelo próprio Jesus. O site do CEI ainda acrescenta que o texto teria sido **“revisado pelo autor espiritual”**.

Essa pequena observação editorial merece muito mais atenção do que normalmente recebe.

Dizer que uma mensagem foi revisada pelo “autor espiritual” pressupõe que se reconheceu novamente a identidade do comunicante. Como se chegou a essa conclusão? Houve comunicação através do mesmo médium? De outro? Que elementos permitiram excluir uma interferência diferente? Como se determinou que o revisor era precisamente o mesmo Espírito que teria produzido a

mensagem anterior?

Não é necessário negar a possibilidade da comunicação para perceber o problema. Pelo contrário: **é justamente admitindo seriamente a mediunidade que essas perguntas se tornam necessárias.**

Kardec dedicou páginas inteiras de *O Livro dos Médiuns* ao problema da identidade dos Espíritos. A comunicação mediúnica não se transforma em conhecimento apenas porque o médium ou os participantes de uma reunião reconheceram determinado estilo ou aceitaram uma assinatura.

Quando um órgão que reivindica a continuidade da *Revue Spirite* publica como fato que determinado texto foi “revisado pelo autor espiritual”, mas não apresenta ao leitor os elementos pelos quais essa identidade foi estabelecida, abandona justamente a prudência metodológica que caracterizava Kardec.

6. A missão do Brasil e a criação de uma história sagrada

A comunicação de 2019 é ainda mais significativa por aquilo que afirma sobre Ismael.

Segundo essa tradição, o Brasil possuiria uma missão espiritual particular, confiada por Jesus a esse Espírito. Trata-se do mesmo universo narrativo difundido por *Brasil, Coração do Mundo, Pátria do Evangelho*, obra psicografada por Francisco Cândido Xavier e atribuída a Humberto de Campos.

O problema histórico dessa narrativa já foi discutido inúmeras vezes. Entre seus elementos mais controversos encontra-se a tentativa de inserir Roustaing numa espécie de planejamento espiritual da formação do Espiritismo, apresentando-o como alguém encarregado de colaborar com Kardec.

Essa versão chegou ao material de estudo da FEB. Em edição do ESDE citada em artigo do *O Legado de Allan Kardec*, Roustaing aparecia ao lado de Léon Denis, Gabriel Delanne e Camille Flammarion como um dos personagens destinados a auxiliar o desenvolvimento da obra. Em revisão posterior do material, seu nome foi retirado da passagem reproduzida.

O fato é relevante porque o próprio Kardec não conferiu às ideias novas de Roustaing o estatuto que essa narrativa posterior lhe atribuiu.

Herculano Pires registra ainda outro elemento histórico importante: o Pacto Áureo produziu, segundo sua interpretação, uma “cortina de silêncio” sobre o problema roustanguista, até que a própria FEB voltou a promover *Os Quatro Evangelhos* no início da década de 1970.

Wilson Garcia retomou posteriormente parte dessa história em *Ponto Final - O reencontro do Espiritismo com Allan Kardec*. Na apresentação da obra, Paulo Henrique de Figueiredo recorda o trabalho de autores que enfrentaram o roustanguismo no século XX e reproduz a crítica severa de Herculano ao “Cristo agêneré”, entendido por ele como uma regressão mitológica.

A questão, portanto, não é simplesmente saber se alguém “gosta” ou “não gosta” de Roustaing.

Existe uma divergência de método.

Kardec encontra uma obra mediúnica que pretende trazer novas revelações e suspende o reconhecimento doutrinário de suas novidades.

A tradição febiana posterior coloca seu autor dentro de uma narrativa providencial.

São operações intelectuais muito diferentes.

7. O problema do corpo fluídico de Jesus

Entre as teses mais conhecidas de Roustaing está a concepção do chamado corpo fluídico de Jesus.

O Verbo e a Carne, de Herculano Pires e Júlio Abreu Filho, dedica parte considerável de sua análise exatamente a essa questão. O próprio sumário da obra reserva capítulos ao “corpo fluídico de Jesus”, às “repetições e retrocesso”, à reencarnação, à metempsicose e aos erros doutrinários atribuídos ao sistema roustanguista.

A tese possui evidente parentesco conceitual com formas antigas de docetismo

cristão, nas quais a realidade carnal de Jesus era enfraquecida em favor de uma corporeidade aparente. Isso ajuda a compreender por que críticos do roustainguismo recorreram também às epístolas joaninas, especialmente 1 João 4:1-3 e 2 João 1:7, que insistem na vinda de Jesus “em carne”.

Não é necessário dizer que aqueles textos bíblicos foram escritos “contra Roustaing”, o que seria historicamente absurdo. O ponto é outro: **uma doutrina apresentada no século XIX como desenvolvimento espiritual superior termina reproduzindo um problema cristológico antiquíssimo.**

Para Herculano, essa não era uma questão secundária. Em sua análise, a concepção agênere comprometia a coerência do sistema e reintroduzia elementos mitológicos justamente onde o Espiritismo se propunha a buscar explicações naturais.

8. A institucionalização de uma revelação particular

Há ainda uma característica da narrativa de Ismael que merece atenção especial.

O artigo “O falso ‘Allan Kardec’, a FEB e a unificação sob Ismael” examina uma comunicação atribuída ao próprio Kardec, produzida no ambiente do Grupo Sayão. Nela aparecem ideias como “revelação da revelação”, missão especial do Brasil, direção de Ismael e necessidade de convergência do movimento sob determinado núcleo.

Independentemente da conclusão que se tire acerca da identidade do comunicante, existe um problema objetivo: tais ideias favorecem diretamente um modelo de centralização espiritual e institucional.

Kardec, ao contrário, não propôs uma Igreja Espírita centralizada. Sua preocupação com unidade dizia respeito sobretudo aos princípios e ao método. Ele chegou a considerar preferível a existência de muitos grupos relativamente pequenos a uma única organização que concentrasse autoridade sobre os demais.

Essa diferença ajuda a explicar por que a questão de Ismael não pode ser tratada como simples detalhe folclórico do Espiritismo brasileiro.

Ao dizer que determinado Espírito dirige uma missão nacional, que uma instituição participa dessa missão e que comunicações produzidas dentro desse mesmo ambiente confirmam a autoridade espiritual que o sustenta, cria-se um sistema de validação circular.

A comunicação legitima a instituição.

A instituição publica a comunicação.

A repetição histórica transforma a comunicação em tradição.

A tradição passa a ser citada como confirmação.

É exatamente nesse ponto que o controle independente concebido por Kardec perde sua função.

9. Uma comunicação mediúnica pode ser importante sem ser verdadeira

Esse talvez seja um dos aspectos mais esquecidos do método espírita.

Uma comunicação não precisa ser verdadeira para ser digna de estudo.

Ela pode revelar a opinião do Espírito que a produziu. Pode mostrar os limites intelectuais do médium. Pode trazer elementos corretos misturados a concepções falsas. Pode refletir o ambiente cultural em que surgiu. Pode até constituir material psicologicamente interessante sem possuir qualquer autoridade doutrinária.

Kardec sabia disso.

Por essa razão, a *Revue Spirite* não deve ser confundida com uma coleção de pronunciamentos oficiais do mundo espiritual. Ela era, entre outras coisas, um arquivo de materiais submetidos à investigação.

Essa distinção é indispensável para ler a própria produção mediúnica.

Uma mensagem atribuída a Bezerra de Menezes pode ser estudada.

Uma mensagem atribuída a Allan Kardec pode ser estudada.

Uma mensagem atribuída a Humberto de Campos pode ser estudada.

Mas nenhuma delas adquire imunidade crítica porque carrega um desses nomes.

Aliás, quanto maior a autoridade atribuída ao nome, maior deveria ser a vigilância, porque maior será também a capacidade da mensagem de influenciar milhares de pessoas.

10. A *Revue Spirite* contemporânea e o deslocamento do problema

A edição de julho de 2023 da revista do CEI declara que trabalha com abordagens que privilegiam as vertentes “científica, filosófica e religiosa da Doutrina Espírita”. Entre suas referências aparecem não apenas Kardec, mas também obras psicográficas posteriores, inclusive de Francisco Cândido Xavier e Emmanuel.

Nada impede que esses autores sejam estudados.

O problema aparece quando as diferenças de estatuto entre as fontes deixam de ser explicitadas.

Uma resposta de *O Livro dos Espíritos*, uma teoria construída por Kardec após comparação de observações, uma comunicação isolada do século XIX e uma psicografia brasileira do século XX não ocupam automaticamente o mesmo nível de evidência.

Misturá-las numa mesma cultura doutrinária sem esclarecer como cada afirmação foi estabelecida produz uma falsa impressão de continuidade.

É assim que conceitos desconhecidos da investigação original de Kardec podem, depois de décadas de repetição editorial e institucional, adquirir aparência de elementos constitutivos do Espiritismo.

Não é necessário que alguém declare formalmente: “isto agora é dogma”.

A tradição faz esse trabalho silenciosamente.

11. Progresso não significa acumulação de revelações

Existe uma objeção previsível: Kardec afirmou que o Espiritismo deveria acompanhar o progresso.

Isso é verdade.

Em *A Gênese*, ele escreveu que, caso novas descobertas demonstrassem erro em algum ponto, o Espiritismo deveria modificar-se; diante de uma nova verdade demonstrada, deveria aceitá-la.

Essa abertura não transforma, porém, qualquer novidade mediúnica em progresso.

Há uma diferença profunda entre **progresso do conhecimento e acumulação de literatura espiritualista**.

Wilson Garcia recorda essa dimensão progressiva no prólogo de *Ponto Final*: fidelidade aos princípios de Kardec não deveria significar imobilismo, mas capacidade de revisão diante de descobertas efetivamente estabelecidas.

A palavra decisiva aqui é demonstração.

Se amanhã determinado princípio presente nas obras de Kardec for efetivamente refutado por fatos melhor estabelecidos, deverá ser revisto.

Mas o contrário também é verdadeiro: uma ideia surgida depois de 1869 não se torna superior simplesmente porque é posterior.

Psicografia não é sinônimo de progresso.

Novidade não é sinônimo de descoberta.

Repetição não é comprovação.

Tradição não é controle universal.

12. O problema não está na mediunidade, mas na ausência de exame

É importante insistir nesse ponto porque a crítica pode ser facilmente deturpada.

Não se está propondo eliminar comunicações mediúnicas das publicações espíritas. Isso seria completamente estranho ao trabalho de Kardec.

Também não se pretende reduzir o Espiritismo a uma filosofia abstrata, afastada dos fenômenos que lhe deram origem.

O problema é justamente o inverso.

Levar a mediunidade a sério exige examiná-la.

Uma mensagem mediúnica não deveria receber menos rigor porque trata de assuntos espirituais. Deveria receber mais, porque sua fonte não pode ser diretamente interrogada pelos mesmos procedimentos utilizados para verificar um documento ordinário.

A identidade do comunicante precisa ser examinada.

O conteúdo precisa ser confrontado.

As contradições precisam ser expostas.

As condições de produção precisam ser registradas.

Novos princípios precisam encontrar confirmações independentes.

E deve permanecer sempre aberta a possibilidade de erro.

Sem isso, a mediunidade deixa de integrar uma investigação e retorna ao velho modelo da revelação religiosa: alguém fala em nome do invisível e os demais recebem.

Foi justamente desse mecanismo que Kardec procurou afastar o Espiritismo.

13. O nome *Revue Spirite* não transmite o método por herança

A atual publicação do Conselho Espírita Internacional possui juridicamente sua marca, sua direção editorial e sua própria linha de trabalho. Isso não está em discussão.

A questão levantada aqui é intelectual.

Na edição de 2023, o próprio expediente proclama a ligação histórica:

Revue Spirite – Journal d’Études Psychologiques – Fondée par Allan Kardec le 1er janvier 1858.

Ao lado dessa identificação aparece: “Propriedade do Conselho Espírita Internacional (CEI)”.

A proximidade gráfica entre as duas afirmações torna inevitável a associação histórica.

Mas uma tradição científica ou filosófica não é transmitida pela propriedade de um título.

O que permitia a Kardec publicar uma comunicação atribuída a um Espírito e, logo depois, questioná-la era exatamente sua recusa em converter o nome espiritual em argumento de autoridade.

O que lhe permitiu examinar Roustaing sem aceitar automaticamente sua chamada “revelação da revelação” foi o mesmo princípio.

O que o autorizava a admitir a possibilidade de corrigir o próprio Espiritismo diante de novos fatos era, outra vez, o mesmo compromisso.

A unidade está no método.

Sem ele, conserva-se apenas a embalagem.

14. Uma revista pode chamar-se *Revue Spirite* e já não fazer aquilo que Kardec fazia

É por essa razão que considero a utilização contemporânea do título uma afronta ao trabalho de Kardec.

Não porque toda a revista seja destituída de valor. Ela contém artigos, estudos históricos e reflexões que podem perfeitamente merecer leitura e discussão. Fazer uma crítica metodológica séria exige inclusive evitar a caricatura de que absolutamente tudo o que o CEI publica seria falso.

A questão é mais profunda.

Uma publicação que reivindica tão diretamente a herança da revista fundada por Kardec deveria ser especialmente cuidadosa ao separar **documentação mediúnica de conhecimento estabelecido**, tradição institucional de história demonstrada e autoridade espiritual alegada de comprovação.

Isso se torna ainda mais necessário quando o próprio CEI continua divulgando uma mensagem em que Bezerra de Menezes, por intermédio de Divaldo Franco, reafirma em pleno século XXI a missão do Brasil confiada a Ismael — uma narrativa profundamente ligada à tradição religiosa construída em torno da FEB.

Não se resolve esse problema dizendo que a mensagem é bonita, consoladora ou atribuída a um Espírito respeitado.

Kardec ensinou justamente a não proceder assim.

O exame começa onde termina a reverência ao nome.

15. Retomar Kardec não significa congelar o Espiritismo em 1869

A saída também não está em transformar Kardec em outra autoridade infalível.

Seria contraditório combater o dogmatismo dos sucessores criando um

dogmatismo em torno do fundador.

O valor do trabalho de Kardec está, em grande medida, no procedimento que tornou possível inclusive ultrapassar suas próprias conclusões quando os fatos exigissem.

Uma ciência que não possa corrigir seus resultados não é ciência.

Mas uma doutrina em que cada nova psicografia possa acrescentar cosmologias, missões nacionais, autoridades espirituais, revelações complementares e interpretações particulares sem apresentar demonstração também deixou de funcionar como ciência.

Entre o imobilismo e a credulidade existe o caminho que Kardec tentou percorrer: observação, comparação, crítica, prudência e revisão.

Foi isso que permitiu à antiga *Revue Spirite* servir de laboratório para o Espiritismo.

Conclusão

O problema da atual *Revue Spirite* não está no papel, no logotipo nem no direito de utilizar determinado título. Tampouco está simplesmente na existência de textos religiosos ou de comunicações mediúnicas em suas páginas.

Está no significado atribuído a esse nome.

A *Revue Spirite* de Allan Kardec participou da construção de uma ciência de observação. As comunicações eram matéria-prima, não escrituras sagradas. Os Espíritos eram interlocutores, não autoridades infalíveis. Seus nomes não dispensavam exame. Uma revelação particular não se convertia automaticamente em doutrina.

Foi esse procedimento que permitiu a Kardec manter reservas diante das novidades de Roustaing.

Foi a ausência desse mesmo cuidado que possibilitou, no Brasil, a consolidação de uma tradição na qual Roustaing pôde ser apresentado como colaborador providencial de Kardec e Ismael transformado em dirigente espiritual de uma

missão nacional.

Décadas depois, o problema não desapareceu. O CEI ainda conserva e divulga uma mensagem na qual essa missão de Ismael é reafirmada; a própria *Revue Spirite* contemporânea publica comunicações espirituais e incorpora referências provenientes da tradição mediúnica brasileira.

Nada disso precisa ser proibido ou silenciado.

Precisa ser examinado.

Se uma comunicação atribuída a Bezerra de Menezes diz que Jesus confiou uma missão brasileira a Ismael, o problema espírita não termina quando se identifica o médium que a recebeu. **É justamente ali que começa.**

Por quais meios isso foi estabelecido?

Que controles independentes o confirmam?

Como se determinou a identidade do comunicante?

Que elementos permitem separar uma realidade espiritual de uma tradição cultural formada durante mais de um século?

A *Revue Spirite* de Kardec existia para perguntas dessa natureza.

Uma publicação que conserve seu nome, mas deixe essas perguntas em segundo plano enquanto reproduz as respostas fornecidas pela tradição, pode preservar a continuidade editorial. Não preserva, por isso, a continuidade epistemológica.

E é nesse sentido que a atual *Revue Spirite*, do Conselho Espírita Internacional, constitui uma afronta ao trabalho de Allan Kardec: **não por falar dos Espíritos, mas por utilizar o nome da revista que ajudou a instituir seu exame crítico sem demonstrar, com o mesmo rigor, que esse exame continua sendo aplicado.**

Referências bibliográficas

KARDEC, Allan. *O Evangelho segundo o Espiritismo*. Introdução, item II — Autoridade da Doutrina Espírita e Controle Universal do Ensino dos Espíritos.

KARDEC, Allan. “Os Evangelhos explicados pelo Sr. Roustaing”. *Revue Spirite - Journal d'Études Psychologiques*, junho de 1866. Nesse exame, Kardec distingue os princípios já confirmados das novas proposições da obra de Roustaing, que deveriam permanecer como opiniões dos Espíritos enquanto não recebessem confirmação suficiente.

KARDEC, Allan. *A Gênese, os Milagres e as Predições segundo o Espiritismo*. 1ª edição francesa, 1868, cap. I, item 55. Sobre o caráter progressivo do Espiritismo e sua obrigação de modificar-se diante de novas descobertas demonstradas.

KARDEC, Allan. *O Livro dos Médiuns*. Especialmente os capítulos relativos à identidade dos Espíritos, mistificações, contradições e meios de reconhecer a qualidade das comunicações.

PIRES, J. Herculano; ABREU FILHO, Júlio. *O Verbo e a Carne: duas análises do roustanguismo*. São Paulo: Paidéia, edição digital de 2020. A obra analisa as teses de Roustaing, o problema do corpo fluídico de Jesus, a implantação do roustanguismo no Brasil e sua relação histórica com a Federação Espírita Brasileira.

GARCIA, Wilson. *Ponto Final: o reencontro do Espiritismo com Allan Kardec*. Capivari: Editora EME, 2020. A obra recupera documentação e controvérsias históricas relacionadas a Roustaing, ao Grupo Sayão e ao desenvolvimento do roustanguismo brasileiro.

CONSELHO ESPÍRITA INTERNACIONAL. *Revue Spirite - Journal d'Études Psychologiques*. Ano 166, nº 12, julho de 2023. Publicação de propriedade do CEI, editada pela Federação Espírita Portuguesa.

CONSELHO ESPÍRITA INTERNACIONAL. “Mensagem 10 de novembro de 2019”. Comunicação atribuída ao Espírito Bezerra de Menezes, transmitida psicofonicamente por Divaldo Pereira Franco durante reunião do Conselho Federativo Nacional da Federação Espírita Brasileira. O texto divulgado pelo CEI reafirma a missão brasileira associada a Ismael.

DEGERING R JR., Paulo. “A FEB e sua contínua tentativa de manipular o Movimento Espírita”. *Grupo de Estudos O Legado de Allan Kardec*, 2 maio 2025. O artigo documenta, entre outros pontos, alteração de trecho do material do ESDE no qual figurava anteriormente o nome de Roustaing.

DEGERING R JR., Paulo. “Roustaing, Ismael e ‘Brasil, Coração do Mundo’”. *Grupo de Estudos O Legado de Allan Kardec*. O artigo reúne elementos da controvérsia histórica acerca da presença de Roustaing na narrativa atribuída ao Espírito Humberto de Campos.

DEGERING R JR., Paulo. “O falso ‘Allan Kardec’, a FEB e a unificação sob Ismael”. *Grupo de Estudos O Legado de Allan Kardec*. Estudo crítico de comunicação atribuída a Allan Kardec no ambiente do Grupo Sayão, com destaque para “revelação da revelação”, Ismael e centralização institucional.

DEGERING R JR., Paulo. “As Sombras de Ismael no Movimento Febiano-Espírita”. *Grupo de Estudos O Legado de Allan Kardec*. Análise da formação e permanência da tradição de Ismael no movimento federativo brasileiro.